

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Comiss. Brasileira Class.: Madeira/Comp. Mogno  
 Data 15/07/93 Pg.: 16 147

# Madeira indígena mobiliza entidades e o empresariado

**Carmem Cruz**

A ausência de representantes da Funai na reunião de ontem dos exportadores de mogno com o presidente da Federação do Comércio Madeireiro de Londres (Timber Trade Federation), Arthur Morrell, na sede da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), em Belém, inviabilizou a viagem que o grupo pretendia fazer hoje à área dos índios caiapós, no sul daquele estado. Arthur Morrell viajou para Brasília, no final da tarde, em busca do apoio tanto da Funai quanto do Ibama para que os importadores de mogno pudessem verificar quem está retirando madeira das reservas indígenas brasileiras.

Técnicos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que viram com estranheza o convite de

uma entidade privada que é a Aimex ao Ibama e à Funai, participaram da reunião e, segundo o presidente da Associação — que reúne mais de 20 madeireiras da região —, Danilo Remor, exigiram alguns esclarecimentos por parte dos empresários. “Deixamos claro que as acusações não podem ser generalizadas, além disso os 22 exportadores de mogno que em dezembro assinaram o acordo de não explorar terras indígenas continuam cumprindo o que foi acordado”, disse Danilo.

Segundo Gunther Francisco Loebens, secretário-executivo do Cimi, no roteiro da viagem dos madeireiros estava incluída apenas a reserva dos caiapós um grupo indígena em que alguns líderes fazem há muito o jogo dos madeireiros.

### Boicote seria discutido

**P**ara o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) e outras entidades ambientalistas, a reunião de Belém tinha como único objetivo reunir argumentos que possam atenuar na Inglaterra e Estados Unidos o boicote ao mogno brasileiro.

**Segundo** — Danilo Remor, que também é presidente da Madeira Maginco, uma das empresas acionadas pelo NDI, acusada de explorar madeira em áreas indígenas, explicou que os esforços ontem foram no sentido de reunir a comissão formada por dois representantes da Funai, um do Ibama, outro da Aimex e outro da Timber Trade Federation. Esta comissão definiria a viagem à área caiapó que, segundo Remor, é representativa por ser a maior situada no sul do estado. “No dia 8 passado a Funai confirmou que mandaria como representante a funcionária Denise Maria Tanaka, de Brasília, e Regina Célia Fonseca, de Be-

lém”, disse o presidente da Aimex.

Só que na tarde anterior à reunião a Aimex recebeu um comunicado da Funai de que o presidente Cláudio Romero havia suspenso a participação das funcionárias bem como a participação do órgão na reunião e, conseqüentemente, da viagem. Na justificativa, apenas indícios de que informações recentes haviam alterado a posição da Funai. “O representante da Timber Trade Federation vai tentar em Brasília se reunir com a Funai e com o Ibama, para viabilizar a viagem”, disse Remor, justificando que as exportadoras acusadas de agir em território indígena vão responder às acusações na Justiça. Além da Maginco, foram acusadas a Impar e a Peracchi.

De acordo com o advogado Márcio Santilli, do NDI, além de buscar uma mobilização dos índios caiapós para dar a Arthur Morrell a impressão de que todos os índios brasileiros são a favor da exploração em suas terras, a Aimex poderá ainda utilizar estas mesmas lideranças para forçar alterações na legislação durante a revisão constitucional.

### Exploração é considerada ilegal

De acordo com o advogado do Núcleo de Direitos Indígenas, Márcio Santilli, a exploração de madeira nas terras dos caiapós tem beneficiado a poucos, ao contrário do que muita gente pensa, mas estes poucos podem se voltar contra uma Constituição que impede a manutenção de seu status.

Atualmente o NDI defende em juízo vários grupos indígenas do sul do Pará contra interesses de madeireiros, entre eles os arauetés, paracanãs, gaviões e xicrins, além dos assurini e araras em ações mais recentes. Segundo Márcio Santilli, durante a viagem, do representante da Timber Trade Federation, Arthur Morrell, ao Brasil, em janeiro passado, entidades ambientalistas mostraram a ele que a exploração de mogno no Brasil é ilegal. “Ele sabe disso, mas os esforços dele têm sido no sentido de buscar provas contrárias, para que a campanha entre os consumidores britânicos diminua”, disse. De acordo com o advogado, Morrell não está preocupado com as florestas ou com os índios brasileiros. “Está assustado é com o boicote internacional ao mogno do Brasil”.